



Informe **UNAFISCO SINDICAL** *Rio de Janeiro*

Boletim nº 53

Rio de Janeiro, 01 de julho de 2002

Assembléia no Rio de Janeiro aprova continuidade da paralisação

A Assembléia Nacional no Rio de Janeiro, realizada na sexta-feira passada, aprovou por amplíssima maioria a paralisação e operação-padrão por tempo indeterminado. Na soma total, compareceram 375 AFRF. O indicativo de continuidade da mobilização houve 373 votos a favor, 01 contra e 01 abstenção. O indicativo de continuidade da paralisação obteve 362 votos a favor, 05 contra e 08 abstenções. Os AFRF mostraram toda a sua indignação com a arbitrariedade cometida pelo governo ao interromper a votação do PLV 15/02 no Congresso Nacional editando a MP 46/02.

Após os esclarecimentos das dúvidas sobre a tramitação da nova MP, prazos e alternativas, vários colegas foram ao microfone para manifestar o seu repúdio à atitude do governo. Diversos colegas da DRJ-II estiveram presentes na Assembléia. Eles anunciaram que dois colegas presidentes de turma colocaram o cargo à disposição e que um terceiro, convidado a ocupar o lugar, recusou-se a assumir. Lá, os Auditores estão assinando código de greve no ponto. O colega Adriano, da DS/ES, relatou que em Vitória a medida foi recebida como uma provocação. Ele avisou que em Vitória já fora aprovada a

paralisação por tempo indeterminado. O inspetor da alfândega entregou o cargo e seis supervisores de Unidade fizeram o mesmo. “Quem decide o fim da greve somos nós” — resumiu Adriano, referindo-se à tentativa do governo de abortar a mobilização dos Auditores com a edição da MP. O AFRF Olavo, integrante da Comissão de Mobilização, fez uma descrição do rito de tramitação da nova MP. É na diferença entre a tramitação da MP antiga, que vigorou durante quase três anos sem ser votada, e a nova, que deve obrigatoriamente ser votada em 120 dias, perdendo a vigência em caso contrário, que reside a maior vitória da mobilização até o momento. A margem de manobra do governo estreitou-se consideravelmente, além de desgastar-se com o Congresso Nacional, adotando uma inédita e violentíssima medida para evitar a iminente derrota em plenário. Parlamentares, inclusive da base governista, manifestaram-se surpresos e indignados com a posição do governo e do próprio Congresso, que não esboçou reação a altura da agressão recebida. Aliás, Olavo revelou que os presidentes da casa, caso quisessem, poderiam ter regimentalmente impedido a chegada da MP no Congresso. No entanto, nada fizeram.

Assembléia teve quantidade inédita de propostas

Uma das evidências da revolta causada pelo governo foi a quantidade de propostas de mobilização levantadas pelos presentes. A implementação fará da próxima semana uma das mais agitadas da mobilização. As caravanas desta vez serão divididas em pequenos grupos e percorrerão o país para incentivar as mobilizações e aferir a disposição dos AFRF para enfrentar o governo e a melhor estratégia a seguir. A próxima assembléia, que irá definir os rumos a seguir, será no dia 05/07, próxima sexta-feira. Alguns colegas defendem o aprofundamento da greve para obrigar o governo a editar uma nova MP o quanto antes, revendo os itens que desagradam às categorias imediatamente, e outros defendem a manutenção da mobilização em ritmo mais brando durante os 30 dias de recesso para retomá-la com força total a partir de agosto.

Outra iniciativa importante, e que precisa de muita

participação, é a realização de reuniões em diversos setores para conversar com os colegas que resistem a aderir. O sentimento é de que ainda não há uma compreensão exata do que significam as duas medidas provisórias que estão tramitando. Além da MP 46/02, há a MP 38, que dispõe sobre atribuições na verificação física de mercadorias, abrindo caminho inclusive para a terceirização desta atividade. Muitos vêem aí um sinal claro de que os Auditores-Fiscais da Receita Federal podem sumir do mapa, tragados pelo encolhimento de suas atribuições. Serão reuniões longas para permitir o amplo debate de idéias e aferir que compromisso têm afinal os colegas com o futuro da própria categoria. Ainda surgiram outras propostas como o envio de cartas aos administradores, publicação de desmentidos na imprensa — o governo insiste em divulgar que houve acordo e que nossas reivindicações são estritamente salariais —, elaboração de estudos, entre outras.

Dúvidas sobre a GDAT dos aposentados permanecem

Quem acompanha a política do governo de Fernando Henrique Cardoso para a aposentadoria jamais poderia imaginar que, como professor da USP, ele aposentou-se com menos de cinquenta anos de idade. E ainda teve a desfaçatez de chamar parte dos brasileiros aposentados de vagabundos. É este mesmo presidente que patrocina a redução de vencimentos dos inativos, que nega a paridade constitucional e edita uma MP que ninguém consegue entender o que determina. A intenção manifesta do governo nas negociações em Brasília era de conceder para os aposentados 30% da GDAT dos ativos, que é de 50%, ou seja, o resultado seria uma GDAT de 15%. No entanto, a MP ficou mal redigida, dando margem ao entendimento de que poderia ser de 30% da GDAT. Colegas que já recebem judicialmente os 30% ou até mesmo os 50% de GDAT correm o risco de ter que recorrer novamente à justiça através do sindicato para garantir seus direitos. Certo está o colega aposentado Wilson, que convocou os aposentados a trabalharem “mais que os ativos” pela mobilização, visto que estão livres de retaliação. ADS/RJ e a DEN estão providenciando estudos jurídicos para formar um juízo sobre o assunto e tomar as medidas cabíveis.

Governo manda recado. AFRF vai responder com a greve

O governo esforçou-se desde a última segunda-feira para criar no Congresso Nacional e na sociedade, através da imprensa, um clima de já ganhou. Espalhou boatos de acordo, divulgou índices fictícios, iludiu parlamentares e jornalistas. Esta semana de paralisação deve ser a maior resposta dos AFRF ao governo. Empresários, apesar de não serem os culpados, sentirão na pele a força da paralisação nos próximos dias e terão de procurar FHC para saber porque planejaram a retomada da produção com base em blefes da liderança do governo. Uma frase resume o sentimento da Assembléia: “o governo tem que se arrepender de não ter atendido as nossas reivindicações” — disse uma colega, que lembrou onde chegou o desmonte da Receita Federal na Argentina. O desafio agora é buscar em todos os estados o mesmo grau de envolvimento daqueles que foram a Brasília.

Fátima Gondim participa do seminário “TRIBUTO A TIM LOPES”

A nossa colega Fátima Gondim, vice-presidente do Unafisco Sindical, participará como palestrante no seminário “TRIBUTO A TIM LOPES”, que se realiza hoje no plenário Barbosa Lima Sobrinho, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, às 15 horas. Fátima falará sobre o tema “Fim dos paraísos fiscais”. O convite foi feito pelo Deputado Estadual Paulo Ramos. Haverá ainda uma palestra sobre erradicação da produção de maconha no Brasil. Vamos prestigiar o evento e a participação da nossa colega.